Aula 10

O SIGNIFICADO DA IDADE MÉDIA

META

Identificar na Idade Média a formação de movimentos constituintes da modernidade.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Analisar o fim da Idade Média como período de passagem do feudalismo para o capitalismo.

Examinar o significado da Idade Média na perspectiva de um estudioso do medievo indicando, no entanto, outras formas de abordagem do tema.

Lenalda Andrade Santos
Bruno Gonçalves Alvaro

INTRODUÇÃO

Caros alunos. No começo do curso vocês aprenderam que o significado negativo dos tempos medievais começou a ser elaborado no século XIV e só foi revertido no século XIX, época do surgimento da História Medieval baseada em fundamentos científicos.

Pelos conteúdos trabalhados nas aulas seguintes vocês puderam ter uma visão geral do que aconteceu no Ocidente europeu nas duas fases em que se costuma dividir o período: a da Alta e a da Baixa Idade Média. Na primeira, a Europa pós Império Romano, sob o efeito das invasões e no auge da organização feudal. Na segunda, a Europa se preparando para as mudanças que marcam a passagem para os tempos modernos.

Nessa última aula vamos conhecer o significado da Idade Média através de texto de um medievalista brasileiro, Hilário Franco Júnior.

Figura 25: Idade Média, o nascimento do Ocidente/ http://catedraismedievais.blogspot.com.br

“Após os exageros denegridores dos séculos XVI-XVII e os exaltadores do século XIX, hoje entendemos melhor o significado da Idade Média. Aliás, a divulgação que ela conhece nesta segunda metade do século XX – com inúmeras publicações científicas e ficcionais, filmes, discos, exposições, turismo, etc. – deve-se exatamente a essa nova compreensão. De fato, a Idade Média é a matriz da civilização ocidental cristã. Daí, diante da crise atual dessa civilização, a necessidade de se voltar às origens, de refazer o

caminho, de identificar os problemas. Enfim, de se conhecer a Idade Média para se compreender melhor o século XX.

Ora, para tanto é preciso acompanhar a presença medieval ao longo dos séculos. E, portanto, recolocar a velha questão: continuidade ou ruptura? Sobre a passagem da Antiguidade para a Idade Média, boa parte da historiografia prefere enfatizar os pontos comuns, os prolongamentos. Mas entre Idade Média e Idade Moderna, por muito tempo não se hesitou em aceitar quase unanimemente a segunda resposta. Isto esteve ligado, como vimos no capítulo inicial, ao próprio conceito de Idade Média. Só mais recentemente se passou a negar a pretensa oposição Medievalidade - Modernidade. No entanto, isso ainda é feito de forma tímida, mais em relação ao Renascimento do que aos outros movimentos históricos "modernos". Hesita-se ainda em admitir que as estruturas modernas são, no fundamental, medievais.

Assim, é importante se reequacionar a questão no seu todo, ainda que aqui só possamos indicar alguns pontos. De início, notemos que na verdade as especificidades "modernas" são apenas quantitativamente diferentes das "medievais". Porém, como no período da transição, 1450 – 1550, as mudanças se sucederam com uma rapidez espantosa para seus contemporâneos, essa impressão acabaria por marcar a historiografia por muitos séculos. Foi o caso de um observador da época, falando que "a arte da guerra é agora tal que é preciso aprendê-la de novo de dois em dois anos". Ou ainda, de outro testemunha do século XV, incitando os homens de então a "exaltar a Deus por permitir-lhes ter nascido nessa nova era, tão cheia de esperança e promessa". Não se percebia que apesar de o ritmo histórico ter-se acelerado, a essência era a mesma.

Senão, vejamos. Os quatro movimentos que se convencionou considerar inauguradores da Modernidade – Renascimento, Protestantismo, Descobrimentos, Centralização – são de fato medievais. O primeiro deles, o Renascimento dos séculos XV – XVI, recorreu a modelos culturais clássicos, que a Idade Média também conhecera e amara. Aliás, foi em grande parte através dela que os renascentistas tomaram contato com a Antiguidade. As características básicas do movimento (individualismo, racionalismo, empirismo, neoplatonismo, humanismo) estavam presentes na cultura ocidental pelo menos desde princípios do século XII. Ou seja, como já se disse muito bem, "embora o Renascimento só invoque a Antiguidade, é, realmente, o filho ingrato da Idade Média" (28: 163).

O Protestantismo, do seu lado, foi em última análise apenas uma heresia que deu certo. Isto é, foi o resultado de um processo bem anterior, que na Idade Média tinha gerado diversas heresias, várias práticas religiosas laicas, algumas críticas a um certo formalismo católico. Nesse clima, a crise religiosa do século XIV comprovou ser inviável para a Igreja satisfazer aquela espiritualidade mais ardente, mais angustiada, mais interiorizada. Foi exatamente neste espaço que se colocaria o Protestantismo. E sem possibilidade de

ser sufocado pela ortodoxia católica (ao contrário do que ocorrera com as heresias medievais), por ele atender às necessidades profundas decorrentes das transformações sócio-culturais verificadas desde os últimos tempos da Idade Média.

Os Descobrimentos, por sua vez, também se assentavam em bases medievais nas técnicas náuticas (construção naval, bússola, astrolábio, mapas), na motivação (trigo, ouro, evangelização) e nas metas (Índias, Reino de Preste João). Também existiam antecedentes medievais nas viagens normandas ao Oriente e à América (esta comprovadamente atingida pelos noruegueses por volta do ano mil), italianas à China (Marco Polo, por exemplo) e ibéricas à África. Colombo, para nos limitarmos ao navegador-descobridor mais famoso, era em todos os sentidos um homem muito mais "medieval" que "moderno": objetivava mais a difusão do Cristianismo do que o ouro; desejava este apenas para realizar uma Cruzada a Jerusalém; atraía-o ao Oriente acima de tudo a crença de que lá se localizava o Paraíso Terrestre.

A Centralização Política, por fim, era a conclusão lógica de um objetivo perseguido por inúmeros monarcas medievais. Realmente, o Estado moderno, unificado, caracterizava-se pelo fato de o soberano ter jurisdição sobre todo o país, poder de tributação sobre todos os seus habitantes, monopólio da força (exército, marinha, polícia). Ora, esta tinha sido a tripla meta de reis como, por exemplo, Henrique II da Inglaterra (1154 – 1189) ou Luís IX da França (1226 – 1270). O sentimento nacionalista, que fornecia o substrato psicológico necessário à concretização do poder monárquico centralizado, também era, como já vimos, de origem medieval. Na contra-prova, temos os casos da Alemanha e da Itália, que só nasceriam como Estados nacionais centralizados no século XIX devido ao fracasso de suas tentativas no período medieval.

De maneira bastante ampla, talvez possamos dizer que aquilo não se fez na Idade Média não se poderia fazer na Idade Moderna. Aquela gerava, esta desenvolvia. Tanto que, superado o momento da transição e já dentro da Idade Moderna clássica (séculos XVII – XVIII) – o chamado Antigo Regime – é ainda essencialmente a Idade Média que encontramos. De fato, os três elementos que constituem o Antigo Regime (monarquia absolutista, sociedade estamental, capitalismo comercial) tinham raízes nos séculos anteriores. Mais uma vez, a essência é medieval, a roupagem moderna.

De um lado, o rei vinha tendo seu caráter de soberano superando o de suserano; o aspecto propriamente monárquico ("poder único") sobrepujando o feudal, contratual; os vassalos tornavam-se súditos. A crise geral do século XIV reforçara esta tendência ao desestabilizar a sociedade, ao transferir para o Estado a responsabilidade pelo restabelecimento da ordem. O rei ganhava poderes totais, "absolutos". De outro lado, a sociedade estamental moderna prolongava a medieval, diferenciando-se dela apenas pelo maior peso relativo do Terceiro Estado. Por fim, o assim chamado

capitalismo comercial representava apenas uma intensificação das atividades mercantis medievais, ampliadas no espaço (América, África), na diversidade de bens (produtos tropicais, escravos negros) e na parcela da população envolvida (crescimento da burguesia). Nos demais setores econômicos, o quadro permaneceu ainda mais medieval: tanto a agricultura (técnicas, métodos, produtividade) quanto o artesanato (produtores independentes, corporações de ofício) não conheceram alterações expressivas em relação aos séculos anteriores.

Mesmo a articulação entre aqueles três elementos, que caracterizava o todo histórico conhecido por Antigo Regime, não era nova. Cada vez mais, a partir do século XIII, tínhamos a realeza intervindo na economia: o mercantilismo, ainda que incompleto, é produto do século XIV (55: 308). Assim, compensava-se em parte o bloqueio que a sociedade estamental (aristocrática, suntuária, pouco produtiva) representava ao pleno desenvolvimento das atividades econômicas. Para poder desempenhar esse papel, a monarquia aproximava-se da burguesia, mas taxando-a e redistribuindo parte dessas riquezas à nobreza decadente: como fiel da balança, a realeza matinha o equilíbrio entre os estamentos. Em suma, a mecânica do Antigo Regime já se encontrava esboçada em fins da Idade Média. Noutros termos, não seria absurdo estender-se os séculos "medievais" até as transformações, estas sim novas, "modernas", provocadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial.

No entanto, se olharmos para o esqueleto e não apenas para a nova face e as novas roupagens do Ocidente dos séculos XIX – XX, outra vez encontraremos muito da Idade Média. Basta observar que as características que a civilização ocidental atualmente se atribui – democracia no plano político-social, racionalismo no econômico-científico, universalismo no mental-cultural – têm origens medievais. È verdade que há tendência a se creditar aqueles caracteres a outros momentos históricos (Grécia clássica, Modernidade), mas tal se deve ao enraizamento do preconceito em relação à Idade Média.

Ora, um dos aspectos mais importantes das limitações contratuais dos poderes do rei feudal dizia respeito à cobrança de impostos. Nenhuma taxa, além das estabelecidas pela tradição, poderia ser cobrada sem o consentimento dos vassalos. Quando o contexto de fins do século XIII e de todo o século XIV gerou forte necessidade de recursos, o rei se viu obrigado a criar assembléias representativas para nelas tentar obter consentimento para cobrar novos tributos. Mas assim reforçava-se o contratualismo político. Se de forma geral os séculos XV – XVII com suas constantes guerras nacionais reforçaram o poder real, resgatando seu caráter soberano, passadas aquelas circunstâncias o contratualismo ressurgiu com toda a força. Então a resistência ao poder monárquico absolutista centralizou-se nas assembléias representativas: assim foi na Revolução Inglesa de 1688 e na Revolução Francesa de 1789.

Desde então, o poder do monarca (e por extensão, de seus substitutos nos regimes republicanos) se viu limitado, prevalecendo a idéia de que ele governa em nome do povo. Portanto, como é fácil identificar, a concepção dos bárbaros germânicos. Influenciados por ela, os juristas medievais, ao recuperarem e interpretarem o direito romano a partir do século XII, destacaram dele o princípio (da época republicana de Roma) segundo o qual "o povo é a fonte da autoridade pública". Em função desse quadro, John de Salisbury em meados daquele século, depois de exaltar a figura do rei, lembrava que "matar um tirano é não só lícito, como também um direito e um dever". Por tudo isso, países de fortes raízes germânicas puderam se manter monárquicos, e altamente democráticos, até hoje: Inglaterra, Holanda, Bélgica, Suécia.

Como contraprova, temos os países de acentuada formação latina e menos intensa feudalização, cuja interpretação medieval do direito romano baseava-se no princípio (da época imperial de Roma) do "o desejo do príncipe tem força de lei". Entende-se assim o terreno por longo tempo favorável ao autoritarismo, e que no século XX desembocou no fascismo, no salazarismo e no franquismo. Um caso oriental esclarece mais a questão: o Japão dos séculos XIV – XV apresentava diversas semelhanças com o Ocidente feudal, mas ali a monarquia não entrou no jogo das relações feudo-vassálicas. Ou seja, não se submeteu a uma política contratualista, bilateral. Assim, "o isolamento do imperador excluiu a possibilidade do gênero de legado constitucionalista que o feudalismo europeu transmitiu ao Ocidente" (79: 149). E só após a derrota na Segunda Guerra Mundial, o imperador japonês foi obrigado a negar seu caráter divino.

A superioridade tecnológica, científica e econômica que o mundo ocidental ostenta claramente, desde o século XVII, é resultante de diversos fatores, a maioria dos quais de origem medieval. Na base, está a visão racionalista do Universo, produto da conjugação da filosofia grega com a concepção cristã de Deus. Por sua vez, tal conjugação foi possível por ir ao encontro da estrutura mental básica da Idade Média, que, como examinamos no capítulo anterior, via o Universo como uma globalidade. Assim, aceitando a existência de uma Unidade cosmológica, o homem medieval via todas as coisas ligadas entre si.

Essa conexão, que era percebida através de símbolos por todos os indivíduos, independentemente de nível cultural, passou desde o século XIII a ser estabelecida intelectualmente, ao menos nos restritos círculos cultos. Nestes, portanto, procurava-se harmonizar fontes à primeira vista antagônicas. Foi o que ocorreu, por exemplo, na literatura com a cristianização de temas folclóricos como o do Graal. Ou no direito canônico com a importante compilação de Graciano, de meados do século XII, como transparece no próprio nome da obra: Concordantia Discordantium Canonum. Ou sobretudo, na filosofia e teologia escolásticas, em especial com Tomás de Aquino.

Na verdade, a tentativa de harmonização da filosofia grega com o Cristianismo vinha desde os primeiros tempos deste. Ocorre que a religião cristã, ao dessacralizar a natureza, não mais vista como um conjunto de divindades, trazia em si certa atitude racionalista. O texto bíblico, ao falar que a realidade invisível de Deus "tornou-se inteligível, desde a criação do mundo, através das criaturas", permite o exercício da razão filosófica como uma revelação natural da Divindade. Mas esta Divindade cristã é participante, criadora, ao contrário do Demiurgo de Platão, que apenas modela o mundo com a matéria preexistente, ou do Princípio Primeiro de Aristóteles, transcendente mas também imanente ao Universo, que é eterno. Assim, o Deus cristão é racional como o dos filósofos gregos, porém mais cognoscível.

Desta forma, entende-se por que o mundo muçulmano medieval, apesar de ter conhecido profundamente a filosofia e a ciência gregas, não ter desenvolvido uma postura racionalista e cientificista como o Ocidente cristão. Francis Oakley chamou a atenção, com razão, para o fato de que no Islã há uma imensa carga religiosa, com o Corão comparativamente ocupando nele "quase o lugar que a figura de Cristo ocupa no Cristianismo". Daí o texto sagrado muçulmano não ser submetível a uma análise filosófica. Caso o Novo Testamento tivesse para a sociedade cristã o mesmo significado que o Corão para a sociedade islâmica, é pouco provável, por exemplo, que o direito romano viesse a ter no mundo ocidental o papel que teve. Mais ainda, é pouco provável que tivesse podido "se produzir o encontro decisivo entre o pensamento filosófico grego e o ensinamento bíblico, que tanto contribuiu para dar forma à tradição intelectual do Ocidente" (79: 182-183).

Graças a esse encontro, pôde surgir um Tomás de Aquino aceitando em Deus a primazia da razão sobre a vontade, de forma que a criação não foi apenas uma manifestação da liberdade e da onipotência Dele, mas sobretudo um ato racional. Por isso, todas as coisas criadas participam da ordem inteligível do Universo. Por isso, o homem tem livre-arbítrio, capacidade para forjar seu destino de acordo com o valor possuído, o esforço despendido e o respeito dedicado às leis universais. Enquanto as civilizações asiáticas, tão desenvolvidas em vários aspectos, concebiam Deus como um ser arbitrário e irracional, de cuja conduta não se poderia extrair princípios gerais, o Ocidente observava a natureza, questionava, descobria.

Assim, na Idade Média é que foram lançados os fundamentos da futura superioridade científica ocidental. De fato, não apenas se praticava um racionalismo teórico, como se começava a perceber a necessidade da experimentação. Pensando nisso, em fins do século XVII o franciscano Roger Bacon, professor nas universidades de Paris e Oxford, criticava a excessiva subserviência de alguns contemporâneos seus a Aristóteles, e propunha enriquecer o racionalismo com o empirismo: "Ah, se os homens procurassem estudar o mundo ao seu redor, em vez de mergulhar nos trabalhos da Antiguidade, a ciência ultrapassaria as maravilhas da arte

mágica. Poderiam ser construídas máquinas por meio das quais os maiores navios, com um único homem a dirigi-los, vogariam mais rápidos do que se estivessem cheios de remadores; poderiam ser construídos carros capazes de correr com incrível velocidade e sem o auxílio de animais; máquinas Bse ao fundo dos rios e dos mares...".

Este crescente domínio sobre a natureza e a colocação dela a serviço do homem gerava uma postura de busca de riqueza que a partir do século XI foi caracterizando cada vez mais a civilização ocidental. Tal visão materialista, desvirtuando os princípios da sociedade cristã, deu origem a reações tão diversas quanto a exaltação da pobreza (São Francisco) e da igualdade (Marx). De qualquer forma, para uma ou outra dessas opções de vida, o pressuposto é a existência de um livre-arbítrio. È este aliás que viabiliza a democracia, cuja justificativa está no racionalismo: aquele seria o único regime no qual pode se dar o exercício social da razão. É significativo que a negação da democracia implique a negação da razão e a exaltação dos sentimentos, seja à pátria, ao chefe ou a um grupo social. Para os fascistas italianos, a solução dos problemas nacionais estava na aplicação do lema "crer, obedecer, combater". Para Hitler, "não é a inteligência que tirou a Alemanha da situação angustiosa em que se encontrava, mas nossa fé".

Por fim, com o racionalismo justificando, o cientificismo possibilitando e o materialismo tornando necessário, o Ocidente se lançou desde fins da Idade Média à conquista do mundo. De fato, os cristãos ocidentais, como conhecedores do único e verdadeiro Deus, racional e criador, se viam no direito de dominar os povos que não O aceitavam. No fundo, tanto as Cruzadas contra os muçulmanos quanto a conquista da América aos indígenas tiveram por isso caráter de guerra santa. No século XIX a colonização da África e da Ásia era considerada "o fardo do homem branco", ou seja, o dever dos ocidentais de levarem a civilização para povos inferiores. Era a Razão ganhando espaço, o Deus cristão recuperando seus direitos: o homem ocidental cumpria seu papel.

Para tanto ele contava com a força das máquinas, desde a Idade Média Central utilizadas mais do que em qualquer outra civilização: este "é um dos fatores determinantes da preponderância do hemisfério ocidental sobre o resto do mundo" (62: 9). Mas as armas de fogo que assustavam e arrasavam os nativos americanos precisavam, para serem construídas e manejadas, dos metais preciosos e dos produtos agrícolas extraídos da própria América. Mais tarde, as máquinas a vapor que levavam soldados e colonos para a África e a Ásia transportavam também mercadorias industrializadas a serem ali vendidas, e traziam de volta matérias-primas para alimentar aquelas indústrias. Em suma, o universalismo ocidental se manifesta em dois aspectos, desde os últimos séculos medievais: a crença na superioridade dos seus valores e crescentes condições de impô-los a outras civilizações.

Concluindo, ainda que popularmente pouco entendida, a Idade Média está presente no cotidiano dos povos ocidentais, mesmo daqueles que como nós, na América, não tiveram um "período medieval". Mas falamos idiomas surgidos naquela época, temos ou pretendemos ter governos representativos, consideramos indispensáveis instituições como julgamento por júri e habeas-corpus, alcançamos maior eficiência com o sistema bancário, a contabilidade e o relógio mecânico, cuidamos do corpo com hospitais e óculos, alimentamos melhor o espírito graças à notação musical, à imprensa e às universidades, embelezamos a vida com a música polifônica e os romances." (FRANCO Jr., 1986, p. 170/179).

CONCLUSÃO

A análise de Hilário Franco Júnior sobre o significado da Idade Média trata da relação entre os tempos medievais e os tempos modernos, demonstrando, ao final, que a importância do medievo não se esgota com a modernidade, que muito da sua influência chegou até os tempos atuais.

RESUMO

Partindo da constatação de que ainda é tímido o reconhecimento da ligação entre as estruturas medievais e as estruturas modernas, o autor analisa o significado da Idade Média com o propósito de demonstrar que as estruturas modernas são, no fundamental, medievais.

São medievais "os quatro movimentos que se convencionou considerar inauguradores da Modernidade – Renascimento, Protestantismo, Descobrimentos, Centralização". E também têm origens medievais características que a civilização ocidental atualmente se atribui: democracia no plano político-social, racionalismo no econômico-científico e universalismo no mental-cultural.

ATIVIDADES

1. Faça uma resenha do texto de Hilário Franco Júnior.

REFERÊNCIAS

CONTE, Giuliano. **Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo.** Lisboa: Editorial Presença, 1976.
FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: o Nascimento do Ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
FRANCO Jr, HILÁRIO e CHACON, Paulo Pan. **História Econômica Geral.** São Paulo: Atlas, 1986.
HEERS, Jacques. **O Ocidente nos Séculos XIV E XV – Aspectos Econômicos e sociais.** Tradução de Anne Arnichand da Silva. São Paulo: Pioneira, 1973.
HINDESS, Barry e HIRST, Paul Q. **Modos de Produção Pré-Capitalistas**. Tradução de Alberto Oliva. Rio de Janeiro: Zahar. 1976.
HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
HOBSBAWN, Eric e outros. **História Capitalismo Transição**. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1975. (Leituras).
HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média.** Tradução de Augusto Abelaira. Lisboa – Rio de Janeiro: Ulisseia, s/d.
MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. **História Econômica**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1981.